

DECLARAÇÃO DO SÉTIMO ENCONTRO DO GRUPO DE PUEBLA

Cidade do México, 30 de novembro e 1º de dezembro de 2021

Versão de 01 de dezembro de 2021

Nós, integrantes do Grupo Puebla, nos reunimos na Cidade do México para confirmar nosso compromisso com propostas baseadas em valores progressistas frente às difíceis circunstâncias pelas quais a América Latina e o Caribe estão passando, não só em termos sanitários, mas também pela grave crise econômica que atinge os mais vulneráveis e pelas constantes ameaças à democracia.

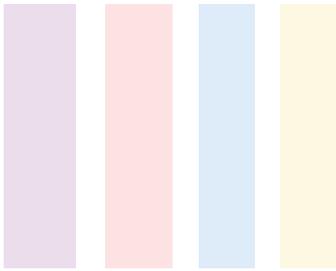
Estando no México, queremos saudar o governo de Andrés Manuel López Obrador e comemorar o terceiro aniversário de seu governo, que representa um claro caminho para o avanço do progressismo, do bem-estar das pessoas e aprofundamento da democracia.

Ressaltamos que a reconstrução das economias pós-pandêmicas implica o combate à evasão fiscal e reformas tributárias que promovam tributação progressiva sobre a renda e a riqueza dos grandes capitais para garantir investimentos e políticas sociais para retomar o crescimento juntamente com o combate às desigualdades e com inclusão social.

É imprescindível criar um modelo distinto de adaptação e mitigação frente ao aquecimento global, e que os espaços multilaterais, especialmente as Nações Unidas, pautem como tema central de sua agenda a recuperação econômica mundial e a saúde enquanto bem público universal, entre outros.

Acreditamos genuinamente nos princípios expressos no Manifesto do Grupo de Puebla de 10 de fevereiro de 2021, ponto de partida de um processo de construção coletiva com vistas a um projeto político alternativo para a América Latina e o Caribe, e que possam se tornar referência para a formulação de propostas progressistas no âmbito de nossas nações e em escala regional.

No marco deste VII Encontro propomos um Modelo de Desenvolvimento Solidário que se articula em torno de seis eixos: superação das desigualdades sociais, agregar valor com impacto social a produtos e serviços, uma nova política econômica, a transição ecológica, a integração como construção da região e uma nova institucionalidade democrática. Lançamos este Modelo, baseado em uma abordagem diferenciada e de gênero, como um



roteiro do progressismo latino-americano e caribenho com vistas ao abandono definitivo do anacrônico modelo neoliberal. Este último, com sua vocação extrativista, deixou efeitos dificilmente reversíveis no meio ambiente, significou níveis alarmantes de concentração da riqueza que nos tornam a região mais desigual do planeta e debilitou os circuitos de redistribuição.

Desenvolveremos um espaço de debates

Destacamos o trabalho do Conselho Latino-Americano de Justiça e Democracia (CLAJUD) por seus notáveis esforços no combate, em todas as suas formas, às retaliações contra lideranças progressistas que tomaram a forma de guerras jurídico-mediáticas (lawfare), a judicialização da política e a politização da justiça, ameaças preocupantes no processo interrompido de democratização latino-americana e caribenha. Este trabalho também permitiu lançarmos alertas sobre golpes de todo tipo contra governos democráticos em associação com alguns meios de comunicação e com o uso de redes sociais por vezes embasados em interesses incompatíveis com a pluralidade.

Denunciamos a perseguição judicial e comunicacional que sofrem as lideranças ibero-americanas por razões políticas. Os casos de lawfare investigados pelo CLAJUD na Argentina, Colômbia, Chile, Espanha, Brasil e Equador, conforme sinalizado no decorrer deste Encontro por este Conselho, são apenas a ponta do iceberg de uma estratégia global contra os movimentos progressistas, as quais devemos analisar e compreender e contra as quais devemos lutar.

Expressamos nossa preocupação com o avanço dos discursos golpistas, racistas, negacionistas relativamente às mudanças climáticas e à pandemia, que ameaçam a democracia e os direitos conquistados pelas mulheres em particular.

Recordamos que a defesa da democracia está associada à observação dos processos eleitorais, e por isto, reafirmamos nosso compromisso em eleições para corroborar seu caráter transparente e o cumprimento das exigências das disputas eleitorais.

Defendemos o multilateralismo e os espaços de concertação política no plano regional e internacional. Reiteramos nosso apoio às vozes progressistas que pedem que a recuperação seja incluída nos cenários de negociação das Nações Unidas durante e no pós-pandemia. Portanto, apoiamos a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas para tratar de soluções globais para a pandemia e formas de reativar solidariamente as economias de todo o mundo, levando em consideração as assimetrias nos graus de vulnerabilidade e desenvolvimento.

Lembramos que, de acordo com a Internacional Progressista, com o ritmo atual e o alcance da vacinação os Estados de baixa renda precisarão de 57 anos para atingir imunização. Nesse sentido, mais uma vez apoiamos a quebra de patentes farmacêuticas enquanto dure a pandemia e que se atue de acordo com o princípio de que vacinas são um bem público da humanidade.

Estamos comprometidos com as políticas que permitem avançar em uma transição energética capaz de interromper o quanto antes o aquecimento global, e apoiamos os compromissos multilaterais adotados na COP26 para atingir a neutralidade de carbono o mais rápido possível, uma redução substancial das emissões de gases de efeito estufa e o fim do desmatamento. Recordamos e exigimos o cumprimento dos compromissos dos Estados mais ricos para a liberação de fundos para os países do Sul do mundo e que as metas de descarbonização sejam alcançadas. Nos unimos ao chamado por uma recuperação econômica global em sintonia com os ecossistemas.

Reconhecemos a importância do trabalho com direitos, bem como com suas organizações e instituições como fator essencial no combate às desigualdades e injustiças sociais. Com isso, criaremos um espaço de discussão para a construção de iniciativas com vistas à reavaliação do trabalho e das condições de trabalho como ponto central da agenda progressista regional.

Acreditamos e nos somamos às propostas da Argentina e do México para a criação de um Fundo Global para a recuperação das nações com mais baixos níveis de desenvolvimento financiado por contribuições dos Estados do G20 (0,2% de seu PIB), 4% dos mil maiores capitais no mundo, e outro percentual idêntico das empresas que mais faturaram em meio à crise sanitária.

Apoiamos a criação de uma Agência Pública Regional de Classificação de Riscos para não deixar em mãos de agentes privados a avaliação da situação financeira e econômica dos nossos Estados, evitando que a emissão de alertas se torne fator de agravamento das crises.

Insistimos na necessidade de uma taxa mínima impositiva global superior a 15% como definido no G20, e destacamos a necessidade de que atinja pelo menos 21% para equilibrar, de algum modo, a correlação entre os que perderam e os que ganharam com a crise. Da mesma forma, reafirmamos a urgência de que se estabeleça uma renda básica solidária que permita o acesso a um mínimo vital aos que sofreram e sofrem em função da pobreza e da miséria.

Reivindicamos nossa soberania digital para abandonar paulatinamente a condição de consumidores de conhecimento e provedores de dados de Estados e empresas que concentram e monopolizam informações. Reivindicamos agendas e espaços onde o governo eletrônico seja oportunidade e espaço de participação. Nesse sentido, rejeitamos novas práticas de redes e plataformas digitais que, por meio de propaganda enganosa, notícias falsas e compartimentação de mensagens, obstaculizam o direito dos cidadãos de votar livremente ao desinformarem e espalharem mentiras e fomentarem o medo.

Fazemos um chamado a que se entendam as novas formas de vulnerabilidade devido à condição de gênero, sexo, orientação sexual, etnia ou raça, entre outras. A discriminação, exclusão e estigmatização no contexto da pandemia parecem ter crescido de forma alarmante. Enfatizamos a relevância da economia do cuidado e o reconhecimento urgente da proteção social para aqueles que desempenham tais tarefas em total desamparo.

Acreditamos na igualdade de gênero e na condenação veemente de todas as formas de violência e exclusão em uma perspectiva interseccional. O progressismo se identifica com os valores que o feminismo tem defendido e considera parcial e incompleta qualquer transformação social, política ou econômica sem a participação ativa, massiva e integral das mulheres.

Nos somamos a um enfoque alternativo para o problema mundial das drogas, lembrando que as saídas unilaterais, militaristas e impostas extra regionalmente têm se revelado um retumbante fracasso. Acreditamos em uma discussão aberta e entre iguais, baseada na responsabilidade compartilhada, em uma abordagem diferenciada dos elos que participam do processo, para considerar os mais frágeis, e reiteramos a necessidade de esquema mais compatível com os direitos humanos e o diálogo social.

Ressaltamos os problemas relacionados à crise econômica e às diferentes consequências políticas que têm aumentado as migrações na região, fato utilizado pelas forças políticas de direita e de extrema direita para estigmatizar os imigrantes, ampliando suas dificuldades. Como progressistas, conclamamos os governos e os povos para que garantam os direitos humanos dos imigrantes e cumpram a legislação internacional sobre asilo e refúgio.

Apoiamos a democracia na Venezuela e rejeitamos categoricamente as tentativas de ingerência que atrasam uma saída da crise econômica e de saúde. Reconhecemos os avanços no processo legítimo e democrático das eleições regionais. Instamos a comunidade internacional a suspender as sanções que causaram um efeito devastador sobre a compra de

medicamentos durante a pandemia e detiveram a reativação econômica. Esperamos que o processo de negociação patrocinado pelo governo do México contribua para uma reconciliação definitiva e de longo prazo, esperança do povo venezuelano.

É preciso que a Paz na Colômbia prospere e que se concretizem os Acordos de Havana que puseram fim a mais de meio século de conflito e que, o quanto antes, se reinicie o diálogo com o ELN que conduza ao desmantelamento definitivo da guerra. Ao mesmo tempo, frente ao processo eleitoral na Colômbia em 2022, alertamos sobre a possibilidade de fraudes, lawfare e os riscos associados à insegurança e integridade física de lideranças progressistas, situação frente à qual estaremos atentos e prepararemos uma observação especial.

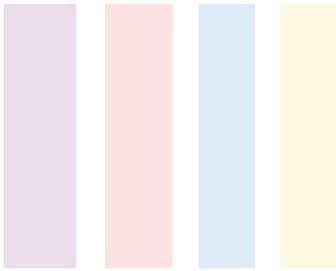
Rejeitamos o bloqueio do qual são vítimas os governos liderados por Carlos Caicedo, governador do estado de Magdalena, e por Virma Johnson, prefeita de Santa Marta, promovido pela Assembleia Departamental, pelo Pacto de Ciénaga e pelo próprio presidente da República colombiano. Da mesma forma, nos solidarizamos com as ações do governo realizadas em favor dos setores mais pobres e vulneráveis da região.

Esperamos que, no curto prazo, a Nicarágua recupere a paz e a estabilidade, supere as disputas internas e que o país caminhe rumo à reconciliação, na convicção da necessidade de um profundo respeito às liberdades e aos direitos humanos. Condenamos as sanções unilaterais impostas pelos Estados Unidos e as ingerências que perturbam a democracia e criam um clima de radicalização.

Denunciamos as tentativas de interrupção do mandato do presidente Castillo, eleito democrática e legitimamente pelo povo peruano. Conclamamos os atores políticos a negociar suas diferenças no marco do Estado de Direito. Expressamos nossa preocupação com o surgimento de grupos violentos de ultradireita que intimidaram várias lideranças políticas, autoridades, jornalistas e promotores, entre outros.

Expressamos nossa preocupação com a constante retaliação contra a oposição equatoriana por meio das guerras jurídico-midiáticas que não só limitam direitos, mas também impedem o controle político, característica necessária em um sistema de contrapesos.

Rechaçamos veementemente os ataques sistemáticos em El Salvador contra o Estado de Direito e a independência de poderes, bem como os excessos no uso da força que se escondem por trás da necessidade legítima de segurança cidadã. Tais ações não afetam apenas a democracia, mas colocam em risco os acordos de paz que encerraram a guerra no passado recente.



Nos solidarizamos com o povo cubano e conclamamos o cese imediato do embargo econômico e das sanções políticas injustificadas que têm causado mal-estar social e atos de mobilização cidadã, patrocinados e promovidos na mídia e nas redes inimigas da Revolução Cubana originários dos Estados Unidos. Tais medidas obedecem à lógica anacrônica da Guerra Fria, além de ameaçar sua soberania. Parabenizamos as iniciativas da ciência e da medicina cubanas para conter a pandemia e que trazem esperança para milhões de latino-americanos e caribenhos.

Condenamos a “ultra-direitização da direita” no Chile e seu avanço político, porque os discursos de ódio que suscita, a relativização e até mesmo a legitimação das violações dos direitos humanos dos regimes ditatoriais que o país sofreu durante o século 20, constituem um retrocesso e uma provocação para a desestabilização democrática. Da mesma forma, observamos com preocupação a maneira como o extremismo de direita no Chile busca solapar os avanços em matéria de gênero e direitos da mulher, bem como a relativização do progresso científico no campo da vacinação e contenção da mudança climática.

Saudamos o triunfo nas urnas do progressismo em Honduras encabeçado por Xiomara Castro e esperamos que esta decisão soberana de seu povo fortaleça a democracia e possa levar a cabo o programa social de longo alcance apresentado por sua nova presidenta.

Denunciamos as tentativas da direita boliviana de desestabilizar o governo eleito democraticamente e as conspirações para reviver o ambiente de polarização que levou ao golpe de Estado de 2019 e à subsequente campanha de repressão que resultou em graves violações dos direitos humanos.

No Paraguai, vemos com preocupação a implementação de uma lei que criminaliza lideranças camponesas e indígenas que lutam pela terra. Condenamos as expulsões violentas de camponeses e povos indígenas de suas legítimas terras ancestrais.

Reiteramos que, como progressistas, estamos profundamente comprometidos com atingir um patamar de desenvolvimento sintonizado com o meio ambiente, a democratização que abrigue as novas vozes que hoje se somam aos espaços de participação inéditos como este Grupo e um modelo de desenvolvimento solidário que reconcilie a política, tão justificadamente impopular nos últimos tempos, com as reivindicações legítimas de nossos povos.